

SUSTENTABILIDADE: GOVERNO, EMPRESA, SOCIEDADE

* Roberto Rodrigues

Recentemente participei de um Seminário Internacional que discutiu o controverso tema da sustentabilidade na agricultura. Uma das sessões do evento fazia uma pergunta bastante instigante: “o que os governos e o setor privado podem fazer a favor da sustentabilidade”?

Os debates foram intensos, vários líderes empresariais contaram suas experiências sobre o assunto, mostrando compromisso com as boas práticas agrícolas. E representantes de governos explicaram diferentes ações, sobretudo regulatórias, sobre a matéria.

Sem querer ser excessivamente cético, e até simplificando bastante a visão a respeito, levantei uma tese radical para provocar o debate.

Disse que qualquer governo tem um objetivo permanente: manter-se no poder. Seja por considerar que é a melhor alternativa para servir aos seus cidadãos, seja para obter algum tipo de vantagem, seja por meras questões político/partidárias, o governo gostaria de se eternizar no poder, respeita o processo democrático, e aceita a alternância do poder; mas lutará sempre para voltar ou ficar.

Sob esta premissa, e sem considerar os aspectos éticos e morais inerentes à discussão, pode-se chegar à conclusão de que as ações de um governo quanto à sustentabilidade serão decididas em função dos votos que elas possam agregar ao seu capital eleitoral. De resto, quase todas as ações teriam a mesma motivação, considerando a premissa inicial como o grande *driver* de governos. Em outras palavras, se a pressão internacional convencer a opinião pública, por exemplo, a olhar com maior atenção a sustentabilidade, o governo fará isso como um corolário da corrente do pensamento dominante.

Por outro lado, qualquer empresa quer em última instância, ter lucros. Esta é sua motivação capital, sem jogo de palavras. Ora, se as boas práticas realizadas pelos agricultores que lhes “fornecem” a matéria prima, resultam em mais demanda por sua produção industrial, a indústria fará forte propaganda em torno da sustentabilidade, e venderá mais, obtendo mais lucro. E, é claro, pressionará seus fornecedores, ao mesmo tempo em que trombeteará seu compromisso, sem se preocupar com a sustentabilidade permanente dos agricultores sob contrato.

E, é claro, a relação entre governo e empresas privadas seguirá o mesmo esquema de sempre: o privado faz lobby sobre o governo para obter algum tipo de vantagem e este faz regras para aquele seguir, em busca dos votos tão almejados.

Essa é a vida real, repito, simplificada. E entre estes dois grandes atores está a sociedade toda, submetida à propaganda de um e de outro, e, se convencida por ela, votando em um e comprando do outro. Como evitar esta colonização indesejável? A resposta é uma só: a sociedade precisa se organizar. Isto trará o conhecimento, a educação, a cultura e a necessária transparência acabará aparecendo, dadas as pressões que passará a fazer, se organizada.

É aí que surgem as instituições de representação da sociedade, as associações, os sindicatos, as ONGs, as cooperativas, as corporações, e assim por diante. E quanto mais consistentes forem estas organizações, tanto mais entenderão o tema da sustentabilidade e tanto mais pressionarão o governo por regras mais abrangentes e as empresas por conduta mais sustentável, considerando as 3 vertentes: a social, a econômica e a ambiental.

Logo aparece outra questão ética e moral: qual o grau de representatividade e legitimidade terá a associação criada? A que interesses reais serve? Não pode ser uma criação de um ou outro (governo ou privado) para validar suas próprias ações?

Claro que sim. Daí o papel da mídia, de informar com verdade o que é cada uma, a quem serve ou explora, o que realmente busca. E, entretanto, daí emerge a mais óbvia constatação: a indiscutível necessidade de educação, educação, educação. Só essa ferramenta poderá dar origem a instituições sérias de representação que irão posicionar-se perante o governo e o mercado, defendendo com firmeza os legítimos interesses dos seus membros. E aí a democracia se consolida, política e economicamente.

Ora, completando o raciocínio, qual o real papel dos governos e privados na sustentabilidade? É ajudar a organizar a sociedade, investindo em orientação e educação em todos os níveis para que a sustentabilidade seja permanente e sirva a todos, e não apenas a alguns. Isso feito, até mesmo os sonhos de governos de se eternizar e da empresa de lucrar, se vestem da ética, e ganham a seriedade fundamental para a perenização da democracia.

Finalmente, é preciso lembrar que o cooperativismo é o braço econômico da organização da sociedade. E, por isso mesmo, instrumento essencial tanto como parceiro para o governo, quanto como contraparte às empresas privadas, sempre defendendo a sustentabilidade.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**

ESPAÇO CITRICOLA - 10/2011 - SUSTENTABILIDADE: GOVERNO, EMPRESA, SOCIEDADE